



SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 08/05/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou os governos municipal e estadual do Rio de Janeiro, apontando aumento da vulnerabilidade social, insegurança e precariedade na educação ao longo das últimas décadas. Destacou o avanço do crime organizado em regiões antes consideradas seguras, como a Região dos Lagos, Angra dos Reis (RJ) e cidades da Serra Fluminense (RJ). Informou que a Gestão municipal estaria centrada em eventos e marketing, enquanto o Governo Estadual seria marcado por loteamento político e ausência de controle.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado criticou a aprovação de medida que buscava obstruir o julgamento de um Parlamentar investigado no contexto dos atos golpistas de 8 de janeiro. Afirmou que a iniciativa afrontou o Supremo Tribunal Federal (STF) e visa preparar o retorno de Jair Bolsonaro ao poder em 2026. Destacou que a medida interfere em processo já em curso no STF, com base em inquérito da Polícia Federal e parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR). Por fim, alertou para os riscos à democracia e afirmou que o Brasil não pode esquecer os efeitos da ditadura militar nem anistiar os responsáveis por tentativas de golpe.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado criticou a decisão da Câmara de aprovar medida que, segundo ele, representa um grave equívoco jurídico e político ao beneficiar envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. Afirmou que a decisão transmite uma mensagem de impunidade e alertou para os riscos institucionais de se estender benefícios a criminosos por meio de mandatos parlamentares. Destacou ainda que a ação que envolve o Deputado Ramagem não deveria ter sido usada para proteger outros investigados. Defendeu que todos os responsáveis pelos ataques às instituições devem ser responsabilizados conforme a lei e reiterou a importância de respeitar os limites constitucionais entre os Poderes.

Pr. Marco Feliciano (PL - SP) - O Deputado saudou a visita do Pastor Rodrigo Sangelo, líder da Assembleia de Deus Catedral do Avivamento em Portugal, ao plenário da Câmara dos Deputados. Destacou a trajetória do religioso, que saiu do Brasil enfrentando dificuldades e se consolidou como uma figura de destaque no País europeu, chegando a entrevistar o Presidente da República de Portugal.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou o Governo Federal após denúncias de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) envolvendo benefícios previdenciários. Destacou decisão judicial que deu 48 horas para o Governo Lula prestar esclarecimentos, resultado de ação popular movida por



Parlamentares da oposição. Também classificou como “fiasco diplomático” a ida do Presidente Lula à Rússia para o Dia da Vitória, citando que apenas líderes de regimes autoritários da América Latina participaram do evento. Por fim, alertou para a alta da taxa Selic, que atingiu 14,75%, e cobrou posicionamento dos Parlamentares governistas diante da política econômica que prejudicaria os mais pobres.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a política econômica do Governo Lula, destacando a alta da inflação que, segundo ele, subiu de uma meta de 3% para 5,49%, como justificativa para o aumento da taxa de juros para 14,75%, a maior desde 2006. Afirmou que essa elevação, conduzida por Gabriel Galípolo, indicado pelo Presidente Lula, visa conter o consumo, mas acaba gerando queda na produção, no emprego e na atividade econômica. Também denunciou a perda de confiança de investidores diante de escândalos como o suposto desvio de R\$ 90 bilhões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), afirmando que isso afeta diretamente a estabilidade econômica do País.

Pr. Marco Feliciano (PL - SP) - O Deputado denunciou um suposto esquema de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que teria causado prejuízo de centenas de bilhões de reais a aposentados, especialmente por meio de empréstimos consignados não autorizados. Afirmou que os desvios ocorreram entre 2016 e 2024 e envolveram instituições financeiras, agentes do INSS e falhas na Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV). Por fim, defendeu a instalação imediata de uma CPMI para investigar o caso e apresentou o Projeto de Lei nº 2.114, de 2025, que propõe anistiar as dívidas dos aposentados afetados.

Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO - TO) - O Deputado homenageou a cidade de Palmas (TO) pelo seu aniversário, destacando o avanço no transporte público com a entrega de mais de cem ônibus novos, equipados com ar-condicionado, Internet e acessibilidade. Elogiou a Gestão do Prefeito Eduardo Siqueira Campos e expressou orgulho por ter sido um dos primeiros moradores da capital tocantinense. Ao final, reafirmou seu compromisso de continuar colaborando com a Prefeitura, os Vereadores e demais autoridades locais para o desenvolvimento da cidade, que classificou como a mais bela do País.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado comentou acontecimentos recentes na Câmara dos Deputados, lamentando a suspensão do mandato do Deputado Gilvan da Federal por três meses devido a declarações públicas, que, segundo ele, deveriam estar protegidas pelo art. 53 da Constituição. Celebrou a decisão da Casa de sustar a ação penal contra o Deputado Delegado Ragem, destacando o relatório técnico do Deputado Alfredo Gaspar e argumentando que a medida fortaleceu a independência do Legislativo. Por fim, criticou o



Supremo Tribunal Federal (STF) por incluir Rameg em uma ação para manter o processo contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro na Corte.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada celebrou a melhora do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que subiu cinco posições nos últimos dois anos e alcançou o 84º lugar entre 193 países, com IDH de 0,786. Afirmou que esse avanço reflete conquistas sociais, econômicas e na saúde. Criticou a oposição por ignorar os resultados positivos do Governo e destacou programas como o Desenrola Brasil, o crédito via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o aumento real do salário mínimo. Ao final, defendeu que o Governo Lula tem entregado resultados concretos e reforçou a importância de reconhecer e dar continuidade a políticas públicas bem-sucedidas.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado fez um apelo público à direção do Bradesco diante da desativação de agências bancárias em 16 Municípios do Maranhão. Alertou para os impactos negativos da medida, que compromete o acesso a serviços essenciais em diversas regiões do Estado. Defendeu uma solução imediata para evitar que as populações locais fiquem desassistidas. Ressaltou a necessidade de articulação do Parlamento para garantir a permanência das unidades bancárias nos Municípios afetados.

Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO - MA) - O Deputado alertou para os prejuízos causados pelo fechamento de 16 agências do Bradesco no Maranhão e cobrou responsabilidade da instituição, que registrou lucro de quase R\$ 6 bilhões no trimestre. Destacou que o interior do Estado precisa ser incluído na presença bancária, essencial para o acesso ao crédito e ao desenvolvimento. Também defendeu a liberação da exploração da Margem Equatorial pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), apontando a medida como estratégica para o crescimento econômico do País e a redução das desigualdades regionais. Informou que a exploração poderia elevar em até 21% o Produto Interno Bruto (PIB) de Estados como Piauí e Maranhão.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado destacou a abertura da 5ª Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada no Parque da Água Branca, em São Paulo (SP). Parabenizou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e os organizadores do evento, que reuniu cultura, arte e comercialização de alimentos saudáveis, com foco em produtos da agroecologia e da agricultura orgânica. Também registrou a importância do Dia da Vitória, celebrado em 8 de maio, relembrando a derrota do nazismo e do fascismo em 1945. Ressaltou o papel histórico da União Soviética na luta contra a barbárie e defendeu valores democráticos, humanitários e socialistas como pilares para uma sociedade livre e solidária.



Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada alertou para os altos índices de abuso infantil no Brasil, destacando dados do Ministério da Justiça e chamando a atenção da sociedade para o combate a esse crime. Anunciou a apresentação de uma Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2025, que acrescenta o inciso LXXX ao artigo 5º da Constituição Federal para tornar imprescritível o crime sexual quando cometido contra menores de doze anos de idade. Também registrou a absolvição, por legítima defesa da filha, de uma mãe que matou o companheiro ao flagrar o abuso da criança, caso inédito na Justiça brasileira. Reforçou a urgência de responsabilização dos agressores e defendeu medidas mais rigorosas para proteger as vítimas.

Antonio Brito (PSD - BA) - O Deputado registrou a realização do VII Congresso dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias, em Guanambi (BA), promovido pelo Fnaras. Informou que, apesar de convidado, não pôde comparecer devido a compromissos relacionados à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que altera o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a aposentadoria especial e exclusiva, e fixar a responsabilidade do gestor local do Sistema Único de Saúde (SUS) pela regularidade do vínculo empregatício desses profissionais. Saudou a liderança da agente Valda e da suplente de Deputada Federal Dra. Elaine, e destacou a atuação da Deputada Laura Carneiro no avanço da proposta. Também anunciou a vinda de agentes a Brasília nos dias 20 e 21 de maio para acompanhar a instalação da comissão especial que analisará a matéria.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a condução da sessão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, classificando-a como uma tentativa de blindar o ex-Presidente Jair Bolsonaro e militares acusados de participação em tentativa de golpe. Afirmou que houve violação da Constituição ao aceitar um relatório que buscou anular a responsabilização de réus já denunciados. Mencionou a atuação do PSOL, em conjunto com PT, PV e outros partidos, para entrar com ação de inconstitucionalidade contra a decisão. Também criticou os acordos políticos firmados por Parlamentares do Centrão, relacionando-os à disputa por emendas e ao apoio a retrocessos democráticos associados ao Bolsonarismo.

Leur Lomanto Júnior (UNIÃO - BA) - O Deputado alertou sobre a preocupação com os novos termos da licitação para as concessões das BR-116 e BR-324, na Bahia, atualmente sob responsabilidade da ViaBahia. Afirmou que, após intensa mobilização pela retirada da empresa, a proposta em análise na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) prevê aumento no número de praças de pedágio, de sete para quinze, além da possível triplicação das tarifas. Também cobrou a inclusão de Jequié (BA), cidade com quase 200 mil habitantes, nas audiências públicas da agência. Informou que a região enfrenta graves problemas na BR-116,



especialmente no trecho da Serra do Mutum, conhecido como “rodovia da morte”, que necessita de duplicação urgente.

Ricardo Barros (PP - PR) - O Deputado agradeceu ao Progressistas por sua indicação à presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara. Destacou o avanço de debates sobre temas como inteligência artificial, segurança de dados, regulação de conteúdo nas redes sociais voltado à proteção de crianças e questões relacionadas à energia nuclear. Ressaltou a qualificação dos membros da Comissão e o compromisso com pautas estratégicas para o País. Também mencionou sua trajetória como Relator do Orçamento, Ministro da Saúde e Líder de Governo, e agradeceu ao Presidente do Partido, Senador Ciro Nogueira, e ao Líder na Câmara, Deputado Doutor Luizinho, pela nova missão.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado homenageou a ex-Prefeita de Nova Friburgo (RJ), Saudade Braga, no aniversário de um ano de seu falecimento. Destacou o legado da Gestora, que garantiu acesso universal à educação infantil no Município e enfrentou interesses das oligarquias locais e de empresários do transporte. Informou que, mesmo com oposição majoritária na Câmara de Vereadores, Saudade manteve apoio popular e encerrou seu segundo mandato com mais de 70% de aprovação. Reforçou seu compromisso de manter viva a memória e os princípios que marcaram a trajetória política e pessoal de sua mãe.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada prestou homenagem à ex-Prefeita de Nova Friburgo (RJ), Saudade Braga, durante pronunciamento do Deputado Glauber Braga. Recordou sua participação na campanha e reconheceu o legado deixado por Saudade na administração municipal. Destacou que sua atuação como gestora superou expectativas e causou impacto duradouro na cidade. Expressou solidariedade ao Deputado Glauber Braga, filho da ex-Prefeita, pela data que marcou um ano de seu falecimento.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada agradeceu pela oportunidade de integrar a Secretaria da Mulher e anunciou sua nova função como 1ª Procuradora Adjunta da Mulher. Destacou a importância da primeira infância, tema que coordenou na Frente Parlamentar Mista. Ressaltou que a fase dos primeiros seis anos de vida é crucial para o desenvolvimento cerebral, emocional e físico das crianças, e que o Estado deve garantir políticas públicas integradas nas áreas de saúde, educação, alimentação, assistência social, cultura e proteção. Citou leis e projetos voltados à proteção integral da infância e defendeu investimentos em creches, pré-escolas e programas de prevenção. Finalizou saudando as mães brasileiras, reconhecendo seu papel fundamental no cuidado e na formação de uma sociedade mais justa e solidária.



Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou o aumento da taxa de juros para 14,75% pelo Banco Central, destacando que a decisão contraria o cenário internacional, já que o FED, o banco central americano, manteve a taxa estável por três meses. Questionou a lógica de considerar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a redução do desemprego como notícias negativas no Brasil, e apontou que a política adotada serve aos interesses do mercado financeiro, travando o crédito e prejudicando o desenvolvimento social. Alertou que manter espaço para novos aumentos de juros representaria um "suicídio político" e defendeu que o Presidente Lula retome o diálogo com o Banco Central para evitar a estagnação econômica e promover melhorias em áreas como educação, saúde e moradia popular.

Arthur Oliveira Maia (UNIÃO - BA) - O Deputado destacou a necessidade de enfrentar a tributação sobre a informalidade no Brasil. Apontou que cerca de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) não é tributado devido à informalidade, onde pessoas que ganham valores superiores a R\$ 5 mil pelo Pix ou atividades informais não pagam impostos. Ressaltou a desigualdade tributária entre trabalhadores formais e informais, defendendo a justiça fiscal e a ampliação da base contributiva. Enfatizou que o debate ultrapassa governos e partidos, sendo fundamental para garantir a sustentabilidade de direitos sociais como saúde pública, previdência e educação gratuita. Também lembrou que o ano eleitoral torna o tema mais complexo, mas que o Parlamento deverá assumir o compromisso de discutir essa pauta.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada comemorou a mobilização em Brasília (DF) pela marcha pela anistia, destacando a presença de cerca de 15 mil pessoas que demonstraram a insatisfação com a perseguição política e pediram o perdão para manifestantes que não cometeram crimes. Defendeu a pauta da anistia como forma de pacificação social, ressaltando que aqueles que praticaram atos ilícitos deveriam ser punidos, mas considerando que muitos processos não respeitaram o devido processo legal. Também valorizou a decisão da Câmara que suspendeu uma ação penal considerada perseguição política, apontando uma crescente crise entre o Parlamento e o Supremo Tribunal Federal (STF). Informou que a defesa das prerrogativas legislativas é essencial para a preservação da Instituição.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou a decisão da Câmara que violou a Constituição ao sustar ações penais relacionadas às prerrogativas parlamentares, ampliando essa proteção para além do previsto legalmente. Denunciou a presença de grupos que defendiam intervenção militar e atacaram a democracia, classificando as manifestações da Direita como esvaziadas e movidas por discursos de ódio. Defendeu a atuação da Polícia Federal no combate à corrupção no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) durante o Governo Lula, contrastando com tentativas de interferência na instituição no Governo anterior. Ressaltou a



importância da verdade e repudiou narrativas que, em sua visão, distorcem os fatos para justificar impunidade e fragilizar a democracia brasileira.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado afirmou que a situação econômica do País não era favorável, contrariando discursos do Governo. Destacou os impactos da alta da taxa Selic sobre a vida da população e criticou a condução da política econômica. Rebateu acusações de que o escândalo no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) teria começado no Governo Bolsonaro, afirmando que fraudes no sistema ocorrem desde os anos 1990. Informou que o ex-Presidente editou medida provisória para proteger aposentados de descontos indevidos, mas essa iniciativa foi derrubada por partidos de Esquerda. Defendeu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ou Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado defendeu a atuação do Presidente Lula na reconstrução do Brasil, destacando a consolidação democrática após os atos golpistas de janeiro de 2023. Elogiou a postura institucional do Governo Lula em contraste com a do ex-Presidente Bolsonaro. Enalteceu avanços na economia, como o crescimento do País, o aumento real do salário mínimo e a redução da taxa de desemprego. Celebrou ainda a retomada de políticas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida e o Mais Médicos, além da ampliação dos institutos federais e do ensino em tempo integral. Ao final, citou ações no Maranhão, como a recuperação da MA-014 e a expansão de programas habitacionais e educacionais, apresentando o Estado como exemplo dos efeitos positivos da gestão federal.

Eduardo Velloso (UNIÃO - AC) - O Deputado parabenizou sua mãe pelo aniversário e celebrou o Dia do Oftalmologista, destacando a importância da especialidade na recuperação da visão de pessoas sem acesso a tratamento. Anunciou a realização de um mutirão de cirurgias oftalmológicas no Hospital Regional de Brasília (AC), voltado à população de Xapuri (AC), Assis Brasil (AC), Brasília (AC) e Eitaciolândia (AC), com a meta de atender mais de duzentos pacientes. Agradeceu a parceria com o Governador do Acre, Gladson Cameli, e elogiou o Secretário Pedro Pascoal pela execução do programa Opera Acre. Destacou que, além das cirurgias de catarata, também serão realizadas cirurgias ginecológicas e de vesícula. Por fim, reafirmou seu compromisso com a saúde oftalmológica da população, ressaltando que a iniciativa do mutirão já beneficiou o Vale do Juruá e o Vale do Acre, chegando agora ao Alto Acre.

ORDEM DO DIA



Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2024, que aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (FUMIN III).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2024, que aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (FUMIN III).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2024, que aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (FUMIN III).

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2024, que aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (FUMIN III). Ademais, alertou para a utilização de recursos públicos do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) para o financiamento de pautas ideológicas da Esquerda, o que enfraqueceria a Oposição, especialmente em se considerando a proximidade das eleições.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2024, que aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (FUMIN III).

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2024, que aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (FUMIN III).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2024, que aprova o texto de adesão do Brasil ao Convênio Constitutivo e ao Convênio de Administração do Fundo Multilateral de Investimento III (FUMIN III).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2024, que aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos



sobre a Renda, assinado em Brasília (DF), em 24 de agosto de 2022. Ademais, criticou anistia para criminosos golpistas e a defesa de prerrogativa parlamentar para corrêus.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a aprovação do Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 2, de 2023, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Malta. Ademais, sustentou a relevância de aprofundar não apenas as relações comerciais, mas também os intercâmbios culturais entre os dois Países. Além disso, ressaltou o superávit brasileiro na balança comercial com Malta, destacando o óleo combustível como principal produto exportado. Adicionalmente, afirmou que o Brasil vive um processo de reconstrução, após anos de desmonte do Estado, citando como exemplos negativos as políticas adotadas no passado em áreas como meio ambiente, igualdade racial e direitos das mulheres. Outrossim, elogiou o Governo pelo crescimento da liberdade de imprensa e do índice de desenvolvimento humano (IDH) e pela queda do desemprego. Criticou ainda a manifestação pública em prol da anistia aos golpistas, classificando-a como esvaziada, apesar da mobilização promovida por alguns Parlamentares. Por fim, reiterou que o povo brasileiro apoia a reconstrução do Brasil, pautada pela democracia, pelos direitos e pela liberdade.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada esclareceu que, na discussão anterior, seguiu a ordem inicial de apreciação das proposições, tendo se referido a uma proposição em lugar da outra. Ademais, defendeu a aprovação, em segundo turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2024, que aprova o Relatório da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência como apreciação, pelo Congresso Nacional, dos textos da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional atualizados, encaminhados em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Além disso, destacou que, ao aprovar o projeto em primeiro turno, o Brasil reafirmou seu compromisso com a democracia. Adicionalmente, criticou o passado autoritário do País, lembrando os longos períodos de escravização, a ditadura militar e as práticas de tortura que alguns ainda tentam reabilitar. Por fim, reiterou seu apoio à aprovação do Projeto de Resolução da Câmara dos Deputados nº 2, de 2023, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Malta.

BREVES COMUNICAÇÕES

Helio Lopes (PL - RJ) - O Deputado saudou a presença na Câmara dos Deputados do Deputado Estadual Anderson Moraes, de Nova Iguaçu (RJ), e elogiou seu trabalho como Parlamentar e Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro. Ademais, parabenizou o Presidente Hugo Motta pela coragem de submeter à votação a Sustação de Ação Penal nº 1, de 2025, que requer a sustação do andamento de Ação Penal decorrente do recebimento da denúncia, em trâmite no Supremo Tribunal Federal



(STF), em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem, destacando que a decisão respeitou a Constituição Federal e reforçou a autonomia e o equilíbrio entre os Poderes. Por fim, reafirmou que a Câmara dos Deputados é a verdadeira representante do povo e responsável pelas mudanças constitucionais.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a Constituição Federal e a imunidade parlamentar, sem confundi-la com impunidade, sustentando que apenas Deputados e Senadores em exercício têm direito à suspensão de ação penal pela Câmara dos Deputados. Além disso, criticou a tentativa inconstitucional de estender tal proteção a 33 réus e indiciados não Parlamentares na ação penal relacionada ao 8 de Janeiro de 2023. Ademais, criticou o rito sumaríssimo adotado para a votação da Sustação de Andamento de Ação Penal nº 1, de 2025, que requer a sustação do andamento de ação penal decorrente do recebimento da denúncia, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem, uma vez que suprimiu o debate e o contraditório essenciais ao Parlamento. Por fim, condenou o esquema fraudulento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), argumentando em prol da necessidade de investigação rigorosa do crime contra os aposentados e pensionistas, ressarcimento dos lesados e criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada celebrou os avanços obtidos pelo Governo Lula, como a elevação do índice de desenvolvimento humano (IDH), a redução do desemprego, o aumento real do salário mínimo e o combate à fome. Ademais, ressaltou que o Estado voltou a atender aos interesses da sociedade e elogiou as investigações da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União sobre o esquema de corrupção no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em curso desde 2016. Além disso, criticou o ex-Presidente Bolsonaro por tentar controlar órgãos de investigação e denunciou a instrumentalização da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para espionar adversários. Adicionalmente, condenou a aprovação da Sustação de Ação Penal nº 1, de 2025, que requer a sustação do andamento de ação penal decorrente do recebimento da denúncia, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, em desfavor do Senhor Deputado Delegado Ramagem, sem debate no Plenário, classificando o episódio como um atentado à democracia e ao Parlamento. Por fim, defendeu a democracia, o ressarcimento aos aposentados e pensionistas lesados e a punição aos golpistas.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado parabenizou os Parlamentares Ramagem e General Girão, destacando suas contribuições à Câmara dos Deputados e à defesa do povo brasileiro. Ademais, celebrou a manifestação pública pela anistia aos presos pelos atos de 8 de janeiro de 2023, realizada em Brasília (DF), exaltando a presença do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de Michelle Bolsonaro. Além disso, ressaltou que a decisão da Câmara dos Deputados de suspender a investigação contra o Deputado Ramagem reafirmou o equilíbrio entre os Poderes. Adicionalmente, criticou a prisão do General Braga Netto e pediu apoio ao



Ministro da Defesa, José Mucio, e ao General Tomás Paiva pela sua libertação. Por fim, prestou homenagem às mães brasileiras, exaltando sua própria mãe, Terezinha, e sua esposa Maria Lucila, valorizando o papel feminino na formação dos valores familiares e sociais.

Kim Kataguiiri (UNIÃO - SP) - O Deputado criticou o Governo Lula por se recusar a classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas, apesar de alertas e evidências, inclusive com apoio técnico dos Estados Unidos. Afirmou que essa omissão comprometeria o enfrentamento ao crime organizado, que atuaria como multinacional e ameaçaria a segurança nacional. Defendeu que o Congresso aprove projetos já existentes para enquadrar as facções como terroristas, comparando com o modelo de El Salvador, onde Bukele erradicou homicídios por mais de 600 dias com políticas duras. Criticou ainda encontros entre representantes dessas facções e membros do Ministério da Justiça, mencionando que ONGs ligadas ao crime organizado foram recebidas por Flávio Dino, Lewandowski e por Parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Denunciou a atuação da facção como “estado paralelo” e defendeu adoção do chamado “Direito Penal do Inimigo”, tratando as organizações criminosas como invasores externos. Finalizou com uma homenagem à sua mãe pelo Dia das Mães, afirmando que sua coragem no Parlamento é fruto dos valores que recebeu em casa.

Julio Lopes (PP - RJ) - O Deputado apoiou o discurso de Kim Kataguiiri sobre a necessidade de classificar facções criminosas como organizações terroristas. Criticou o Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Sarrubbo, por afirmar que o PCC e outras facções não teriam ideologia, o que, desconsideraria a dominação territorial e econômica que esses grupos exercem, especialmente no Rio de Janeiro. Destacou que milícias e facções como o Comando Vermelho e a ADA (Amigo dos Amigos) impõem controle violento em comunidades, usando táticas de guerrilha, como barricadas e armadilhas com fogo para impedir a entrada da polícia. Em seguida, parabenizou a Polícia Civil do Rio de Janeiro, especialmente o Secretário Felipe Curi, pela prisão de Celsinho da Vila Vintém, líder da facção ADA, e por evitar um atentado durante um show da cantora Lady Gaga. Também criticou a falta de integração dos sistemas municipais de monitoramento com o sistema federal de segurança, afirmando que isso prejudica a eficácia do combate ao crime. Por fim, desviou o foco para a crise na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), lamentando a decadência da Seleção Brasileira e sugerindo que Rubens Lopes (Rubinho), Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, assuma a presidência da CBF. Propôs ainda que um ex-Presidente do Flamengo, seja chamado para reestruturar a CBF e restaurar a credibilidade do futebol nacional.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Presidente da Sessão criticou a rejeição, na Comissão do Esporte (Cespo) da Câmara, de um requerimento para debater irregularidades na Confederação Brasileira de Futebol (CBF),



atribuindo o fato ao forte *lobby* da entidade. Lamentou o momento ruim da Seleção Brasileira, citou a falta de renovação de talentos e criticou a exclusão de Ronaldo Fenômeno pelos dirigentes. Além disso, destacou que, embora privada, a CBF se beneficia de estruturas públicas, como estádios e segurança, e defendeu que o Congresso deve fiscalizá-la. Por fim, classificou a situação da CBF como um “verdadeiro absurdo”.

Julio Lopes (PP - RJ) - O Deputado declarou arrependimento por ter apoiado Ednaldo Rodrigues na Presidência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), reconhecendo que esperava melhorias que não se concretizaram. Após críticas públicas e privadas, defendeu a saída de Ednaldo e pediu uma reformulação urgente na CBF. Propôs que Rubens Lopes (Rubinho), atual Vice da CBF e Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, assumira a liderança com o apoio de Rodolfo Landim, ex-Presidente do Flamengo. Finalizou reforçando o apelo por uma reestruturação que devolva o orgulho dos brasileiros pela entidade máxima do futebol nacional.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado criticou o Governo Lula pela recusa em classificar o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas, afirmando que, sob essa gestão, o Brasil está "correndo" para se tornar um narcoestado. Lamentou a fraqueza do Presidente e do Ministro da Justiça no combate ao crime organizado, defendeu o fortalecimento das fronteiras e a asfixia financeira das facções. Enfatizou que o principal instrumento no combate ao crime são os armamentos nas mãos dos policiais, exaltando o uso da força. Finalizou com ataques políticos ao símbolo do "L", associando-o pejorativamente ao crime.

Luciano Alves (PSD - PR) - O Deputado celebrou o lançamento de um programa de implante dentário gratuito em Foz do Iguaçu (PR), fruto de articulação do Partido Social Democrático (PSD) no Paraná. Agradeceu ao Deputado Beto Preto, ao Governador Ratinho Júnior e ao Prefeito General Joaquim Silva e Luna pelo empenho, enfatizando o impacto social da medida na saúde e autoestima da população idosa. Em seguida, comentou sua participação na caminhada pela anistia em Brasília (DF), ao lado do ex-Presidente Jair Bolsonaro e de diversos Parlamentares. Disse ter se emocionado com o ato pacífico, que contou com idosos, cadeirantes e famílias. Fez menção especial à Primeira-Dama Michelle Bolsonaro e a Parlamentares do Partido Liberal (PL), reafirmando seu apoio à causa e seu compromisso com um país “melhor para todos”.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado, Presidente da Sessão, celebrou a realização da caminhada pela anistia humanitária irrestrita, destacando a presença de Parlamentares e do ex-Presidente Jair Bolsonaro, a quem se referiu como “imorrível”, mencionando que sobreviveu a três situações de risco. Na oportunidade, reafirmou seu apoio à causa da anistia, alegando que há muitas pessoas presas injustamente em decorrência de decisões judiciais, e fez críticas ao sistema de Justiça.



Zé Neto (PT - BA) - O Deputado destacou a importância do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), classificando-o como um grande empreendimento social e econômico. Explicou que o programa não só realiza o sonho da casa própria para milhões de brasileiros, como também impulsiona a geração de empregos e renda na construção civil. Citou dados que mostram que, para cada R\$ 1 investido, há um retorno imediato de R\$ 1,26 na economia. Mencionou ainda que o Estado de São Paulo concentra 60% das construções do programa. Parabenizou o Secretário Nacional de Habitação Augusto Henrique, o Ministro das Cidades, Jader Filho e o Presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Carlos Vieira, pelo trabalho na gestão do programa. Por fim, pediu mais atenção do Parlamento à política habitacional e afirmou que o Minha Casa, Minha Vida não é gasto, é investimento.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado defendeu o Estado de Israel, lembrando os ataques terroristas que mataram mais de 1.200 pessoas, incluindo crianças, com atos de extrema brutalidade, como estupros e decapitações. Destacou a importância do Projeto de Lei nº 4.894, de 2023, que dispõe sobre sanções políticas e econômicas relacionadas ao Hamas e ao Hezbollah, os classifica como grupos terroristas, e criminaliza manifestações de apoio a esses grupos; do Projeto de Lei nº 5.021, de 2023, que institui a Lista de Organizações Terroristas, altera a Lei nº 13.260, de 2016, e dá outras providências; do Projeto de Lei nº 5.313, de 2023, que altera o Art. 208 do Código Penal, para aumentar a pena aplicada ao crime de desrespeito à crenças e símbolos religiosos; do Projeto de Lei nº 1.732, de 2025, que reconhece o movimento Houthis, também conhecido como Ansar Allah, como organização terrorista para os fins da Lei nº 13.260, de 2016, e da Lei nº 12.850, de 2013. Em seguida, mencionou o Maio Laranja, mês de combate ao abuso infantil, defendendo o Projeto de Lei nº 4.789, de 2023, que altera o Código Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Crimes Hediondos, a Lei de Execução Penal, e o Código de Processo Penal, para recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, visando prevenir e coibir o incentivo à pedofilia; e o Projeto de Lei nº 2.388, de 2024, que altera o Código Penal e a Lei de Execução Penal, para estabelecer punições mais severas aos crimes de estupro e estupro de vulnerável. Também elaborou projeto que prevê a coleta de DNA de todos os presos, a fim de fortalecer a identificação de criminosos sexuais por meio de material genético. Por fim, fez um apelo à instalação da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2023, que altera o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá, de Roraima ou de Rondônia, inclusive suas prefeituras, durante os 10 (dez) primeiros anos da criação dessas unidades federadas; estabelece o parâmetro remuneratório para a Polícia Militar dos ex-



Territórios Federais; e dá outras providências. Por fim, homenageou sua mãe, Shirlei Máximo, parabenizando-a pelo Dia das Mães, exaltando sua dedicação, fé e exemplo de vida.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade ao General Braga Netto, preso preventivamente há 145 dias, ultrapassando o limite de 90 dias previsto no Código de Processo Penal. Acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de manter a prisão como forma de pressão para forçar uma delação, chamando a prática de “forçação de barra premiada”. Apelou ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes para que revogue a prisão. Em seguida, denunciou um suposto esquema de roubalheira contra aposentados, atribuindo a responsabilidade ao Governo Lula e a sindicatos e associações ligados à esquerda. Explicou que descontos indevidos e empréstimos consignados não autorizados já ultrapassariam R\$ 200 bilhões, podendo chegar a R\$ 290 bilhões. Conclamou familiares de aposentados a verificarem extratos bancários e cobrou investigações, com a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ou Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Por fim, condenou moralmente os autores dessas ações, exigindo o ressarcimento imediato aos idosos.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o Governo Lula pela alta da taxa Selic, que atingiu 14,75% ao ano, o maior patamar desde 2006. Afirmou que a elevação reflete a falta de rumo e a má condução econômica do atual Governo, que estaria insistindo em políticas populistas, ampliando o crédito em momento inadequado e não apresentando um plano fiscal sólido. Ressaltou que a inflação está descontrolada, o real desvalorizado e o crescimento econômico desacelerando. Além disso, acusou o Governo de alimentar incertezas e de tentar culpar o Banco Central, quando deveria assumir sua responsabilidade e implementar reformas estruturais. Concluiu dizendo que o país paga hoje o preço pela ausência de liderança, seriedade e visão de futuro.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado anunciou sua filiação ao Partido Novo (NOVO), com ato comemorativo no Rio de Janeiro (RJ). Agradeceu ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, ao Partido Liberal (PL) e aos colegas com quem compartilhou sua trajetória até então. Reafirmou que sua mudança de sigla não representa ruptura de valores, mas sim uma renovação de compromissos. Por fim, disse seguir firme na defesa da direita, das liberdades individuais, do Estado mínimo, da responsabilidade fiscal, da segurança pública, da educação de qualidade e da anistia.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou a assinatura da ordem de serviço para a construção da estrada de acesso à Praia de Itapéua, em Cajapió (MA), investimento de R\$ 9,4 milhões pelo Governo Estadual. Parabenizou o Governador Carlos Brandão pela iniciativa, destacando o impacto positivo para o



turismo, o comércio local e os pequenos empreendedores da região. Ressaltou que a obra atende a uma demanda histórica da população e representa inclusão, desenvolvimento sustentável e geração de renda. Agradeceu também ao Secretário de Infraestrutura, Aparício Bandeira, e ao Prefeito Rômulo Marques pelo empenho conjunto. Por fim, disse que a estrada simboliza um Maranhão mais justo, descentralizado e promissor.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado denunciou um esquema de irregularidades nos empréstimos consignados concedidos a aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Disse que entre 2019 e 2024, R\$ 6,3 bilhões teriam sido descontados indevidamente desses beneficiários, frequentemente sem autorização ou consentimento; e que em 2023, mais de 35 mil reclamações foram registradas, com casos de até 11 contratos ativos por pessoa, indicando refinanciamentos sucessivos e abusivos. Apontou a conivência de instituições financeiras e pediu uma investigação ao Procurador-Geral da República. Defendeu ainda medidas urgentes, como auditorias, suspensão de convênios irregulares e mecanismos de controle mais rígidos, como autenticação em duas etapas. Encerrou conclamando o Parlamento a agir em defesa dos mais vulneráveis e restaurar a justiça social.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada, Coordenadora temática de Assistência Social da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, destacou a urgência de fortalecer políticas públicas voltadas à Primeira Infância, etapa que abrange da gestação aos seis anos de idade. Defendeu a implementação efetiva do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016) e ressaltou a importância do investimento em áreas como educação infantil, saúde, nutrição, convivência familiar, cultura, meio ambiente e proteção contra violências. Apresentou um conjunto de propostas legislativas de sua autoria, incluindo a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2024, que inclui a primeira infância como beneficiária de direitos e garantias, no Texto Constitucional; o Projeto de Lei nº 173, de 2025, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Informação para a Proteção Integral à Infância e à Adolescência (SPIAA); o Projeto de Lei nº 174, de 2025, que altera a Lei nº 8.242, de 1991, para dispor sobre o Sistema Nacional de Informação para a Proteção Integral à Infância e à Adolescência (SPIAA), no âmbito das competências do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); o Projeto de Lei nº 534, de 2025, que altera a Lei nº 13.960, de 2019, para postergar a instituição do Biênio da Primeira Infância do Brasil, originalmente instituído no período de 2020 a 2021; e o Projeto de Lei nº 2.225, de 2024, que dispõe sobre princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a efetivação do direito de crianças e adolescentes à Natureza com absoluta prioridade e altera a Lei nº 6.938, de 1981; o Estatuto da Criança e do Adolescente; o Estatuto da Cidade, e a Lei nº 12.187, de 2009. Também propôs a inclusão de representantes do Legislativo no Comitê



Intersectorial da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Por fim, conclamou o Parlamento, o Governo e a sociedade civil a priorizarem a Primeira Infância como investimento estratégico e civilizatório, reafirmando seu compromisso com a causa.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado celebrou a realização de Sessão Solene na Câmara dos Deputados, em 7 de maio, em homenagem ao Festival Folclórico de Parintins (AM), destacando sua importância cultural, turística e econômica. Destacou que o evento, marcado para os dias 27 a 29 de julho de 2025, movimentará a economia local com mais de 20 mil empregos diretos e indiretos. Concluiu lembrando ser apoiador do festival desde 1992 e reforçando o papel dos bois-bumbás Garantido e Caprichoso como símbolos da cultura amazonense e fonte de geração de renda e identidade regional.

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado relatou visitas às APAEs de Atibaia (SP) e Bragança Paulista (SP), realizadas em 25 de abril, destacando o trabalho essencial dessas instituições na promoção da inclusão e atendimento às pessoas com deficiência. Anunciou a destinação de R\$ 100 mil em emendas para cada unidade, sendo que em Atibaia, os recursos foram usados na aquisição de equipamentos, e em Bragança, na compra de um veículo para transporte. Por fim, reafirmou seu compromisso com o movimento apaeano e parabenizou as APAEs de Americana (SP), Racharia e Monte Azul Paulista (SP) pelos aniversários, ressaltando a importância de valorizar essas entidades que impactam positivamente milhares de famílias.

ENCERRAMENTO